

# A questão educacional

*Walter Vicioni Gonçalves*

No contexto atual, caracteriza-se por dificuldades e incertezas no plano econômico e no campo tecnológico, a educação continua sendo questão importante.

Uma forte convicção de que a educação — e um de seus ramos, a formação profissional — são pontos-chave da atual revolução industrial, encontra ressonância na afirmação, comumente reiterada, de que a introdução e a difusão de novas tecnologias de produção afetam diretamente as estruturas de emprego e provocam modificações na qualificação profissional.

A responsabilidade, antes baseada no comportamento (esforço, disciplina), apresenta hoje um conteúdo que se fundamenta na iniciativa, que objetiva assegurar a continuidade do processo produtivo. Da mesma forma, o conhecimento ligado à experiência, à habilidade manual e à rotina implica maior domínio cognitivo, inteiramente ligado à capacidade de identificar e resolver problemas. A interdependência seqüencial com o posto de trabalho precedente e subsequente, cede lugar ao trabalho de equipe, interdependência de funções e de níveis. A formação adquirida, uma vez e para sempre, já não é mais possível, passando a exigir atualização freqüente e permanente.

A excessiva dependência tecnológica; a falta, em todos os níveis, de pessoal qualificado; o conhecimento, que uma vez adquirido, logo se torna fora de moda; a duração da formação profissional, por vezes insuficiente, e que não pode ser aumentada em razão dos altos custos — são constatações que exigem, de um Brasil, que pretende crescer e desenvolver-se social, política e economicamente, mais e melhor educação geral e de base científica.

Nesse sentido, deve-se buscar a elevação do nível cultural e técnico dos alunos e abrir o ensino às diversidades da realidade brasileira. Nosso sistema educacional precisa desenvolver em seus alunos a capa-

cidade de reflexão crítica, criatividade e auto-aperfeiçoamento. Assim, além de ampliar as oportunidades educacionais, impõe-se uma avaliação curricular, uma significativa reformulação dos planos e programas de ensino e, ainda, maior diligência na organização de cursos profissionalizantes com apoio da educação geral.

Aumentar as oportunidades educacionais para atender às desigualdades regionais, por si só, não é suficiente. O processo pedagógico da escola brasileira deve transformar-se para responder aos desafios da permanência e da qualidade. Ao lado do acesso, é preciso que o aluno permaneça na escola e nela esclareça idéias, veja relações, estabeleça diferenças, compreenda processos, estime resultados, transfira conhecimentos, generalize conceitos, deduza conclusões, elabore modelos mentalmente, e aprecie tendências e limites. Essa preocupação com a qualidade do ensino não é nova, e é sempre acentuada com a crise econômica; ela está ligada a um conjunto de fatores, entre os quais: um ambiente que estimule o desenvolvimento intelectual, um mínimo de condições do prédio escolar e de materiais instrucionais e, sobretudo, um professor que estimule a participação e o interesse dos alunos, conduzindo-os a um novo grau de compreensão e conhecimento no plano cognitivo, afetivo e psicomotor.

No geral, a deterioração do ensino é devida à falta de habilitação e, em especial, à condição de trabalho de grande parte do magistério. Toda a classe sofre as consequências do aviltamento de seu salário real e com a perda do poder de compra o professor é obrigado a diversificar suas atividades, gerando consequências negativas para o processo pedagógico: absenteísmo, improvisação de aulas, falta de tempo e de oportunidade para aperfeiçoar-se, entre outros.

Reconhecer o papel-chave dos professores supõe medidas de revalorização de seus salários, melhoria da sua formação, introdução de plano de carreira e incentivo ao autodesenvolvimento e aperfeiçoamento profissional. Outras medidas dizem respeito ao aumento do tempo real de ensino e do ano letivo, à diversificação dos programas e dos métodos de ensino.

No plano tecnológico, o imperativo da colaboração escola/indústria cada vez mais se faz presente em virtude das mudanças no mundo do trabalho. Tornando-se parceiros, integrando-se, trabalhando juntos, podem criar as competências que permitirão superar o desafio posto pela evolução tecnológica. Essa integração pressupõe a disseminação do conhecimento, da informação e da formação em todos os níveis e sentidos. Decorre desse pressuposto a necessidade de revalorizar formas não-escolares de educação e de formação profissional. Projetos educacionais formais, isto é, vinculados ao sistema educativo (estruturas hierárquicas e seqüências cronológicas) estão intimamente ligados a uma legislação educacional rígida, que impede a necessária flexibilidade para atender na hora e a tempo as mudanças de conteúdo geradas pelo avanço tecnológico.

Afinal, a persistência do analfabetismo, o analfabetismo funcional, o abandono prematuro dos estudos, a repetência escolar, o custo-aluno, a ausência ou a insuficiência da educação técnica ainda e, paradoxalmente, a subutilização dos produtos dessa educação estão a exigir que se descartem as formas tradicionais e se passe a pensar a educação e a formação no contexto dos problemas atuais do desenvolvimento social e econômico brasileiro.

□ *Walter Vicioni Gonçalves* é chefe da Divisão de Currículos e Programas do Senai-SP